

O papel da escola e suas demandas sociais

Luis Gustavo Moreira da Silva¹; Tarcísio José Ferreira²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo geral mostrar o papel das escolas num contexto em que há um grande número de demandas sociais, também apresenta como objetivos específicos analisar a escola como espaço de inserção social, trazer as demandas sociais da escola, mostrar a importância de uma equipe multidisciplinar no âmbito escolar. A metodologia utilizada nesse artigo foi a bibliográfica, exploratória, e empírica. O espaço escolar é o ambiente onde recebe e abarca um número expressivo de demandas sociais e seus atores, principalmente professores acabam por exercer duplo, triplo papel e funções que não lhes compete assim sobrecarregando o profissional de educação e muitas vezes deixando-os doente e levando-os ao afastamento e casos mais extremo a pedida da exoneração.

Palavras-Chaves: Educação; Demandas; Assistente Social; Escola.

Abstract: *This work has as main objective to show the role of schools in a context where there are a large number of social demands, also has specific objectives to analyze the school as a space for social inclusion, bringing the social demands of the school, showing the importance of multidisciplinary team in the school. The methodology used in this article was a literature, exploratory and empirical. The school is the environment where he receives and embraces a large number of social demands and its actors, especially teachers end up exercising double, triple roles and functions that is not their even saturate the professional education and often leaving them ill and taking -the expulsion and ordered the most extreme cases of dismissal.*

Keywords: Education; Demand; Social Worker; School.

Introdução

O direito a educação é garantido por meio da Constituição Federal de 1988, da Lei Nº 8069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, que prioriza o acesso e a permanência do aluno na escola, objetivando a formação do usuário para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho, e sua participação social.

Desta forma, a inclusão deste profissional no quadro de funcionários que trabalham em prol do desenvolvimento pedagógico dos alunos, contribuirá bastante para a elaboração de

¹ Graduado em Serviço Social pela Faculdade Projeção, Pós-Graduando em Políticas Públicas e Gestão do Estado com Ênfase em Direitos Humanos, pela Faculdade Projeção.

² Mestrando em Serviço Social, pela PUC-Goiás e Docente da Faculdade Projeção.

projetos, serviços, programas e ações que promovam o envolvimento da família na educação, com o intuito de alcançar uma participação maior do responsável legal dos alunos com a escola, e vice-versa.

A escola por receber uma diversidade de alunos em contextos diferentes e realidades distintas traz consigo uma gama de demandas também, que apresenta como empecilho para o desenvolvimento da criança e para o desenvolvimento do trabalho do profissional de educação, por ter que atuar muitas vezes fora do contexto da sua formação.

Aos profissionais de educação cabem-lhes o papel de educar e ensinar o proposto PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais – e nos currículos os conteúdos a serem ministrados em sala, contudo esses profissionais vão além de suas funções para que atendam melhor o seu alunado, as vezes exercendo funções de enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e outras funções que não lhe cabem, fazendo com que esses profissionais sobrecarreguem com o acúmulo de funções subjacentes.

Assim, faz-se necessário que na escola haja uma equipe multidisciplinar para tratar das questões que compete a cada profissional, e aumentando a qualidade de vida dos profissionais de educação, o clima organizacional e a qualidade do trabalho do mesmo, tendo tempo para melhor desenvolver suas atividades profissionais que de fato lhe compete.

A escola como espaço para a inserção social.

A escola é uma instituição social de extrema relevância na sociedade, pois além de possuir o papel de fornecer preparação intelectual e moral dos alunos, ocorre também, a inserção social. Isso se dá pelo fato da escola ser um importante meio social frequentado pelos indivíduos, depois do âmbito familiar.

Para Tosta (2013, p. 8), “o âmbito familiar é o primeiro socializador de todo indivíduo”. É o espaço onde o indivíduo passa a exercer papel fundamental no decorrer de sua trajetória. Pois são as experiências vividas no contexto familiar quando criança, que irão contribuir para a formação enquanto adulto.

Canivez (1991, p.33) mostra que a escola passa a ser o espaço social, depois da família:

A escola, de fato, institui a cidadania. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra.

Entende-se que a escola é um espaço onde os indivíduos começam a ter as relações para além da família, ou seja, passa a conviver com pessoas de diferentes raças, cor, etnia, religião, cultura.

Santos (1992, p. 19) mostra que o conhecimento da escola é um conhecimento sistematizado, e não do senso comum:

Independente das novas funções sociais que a escola assume, decorrentes da complexidade da sociedade atual, permanece a sua função precípua: socialização do saber sistematizado. A escola, como instituição social, não se encarrega daquele saber empírico, espontâneo, do senso comum, que surge da experiência cotidiana dos indivíduos. Este tipo de conhecimento é doxa e diz respeito a opinião, conseqüentemente não deve ser objeto de trabalho escolar. [...] o conhecimento que diz respeito a escola é episteme, é ciência, o conhecimento metódico, conhecimento sistematizado. Assim o papel da escola como instituição é precisamente o de socializar o saber sistematizado.

Para Moreira e Candau (2003) a contribuição da escola não está apenas, e exclusivamente, relacionada ao saber científico, onde se visa à construção e desconstrução do conhecimento. Está relacionada também com a cultura, e esta por sua vez, possui um fator importante, pois é através dela que conhecemos a história, a cultura e a ideologia de um país, lugar, grupo ou sociedade. Com isso, aprendemos a respeitar o que é “diferente”, evitando atos de preconceitos. Nada mais é do que um meio educativo que prepara a criança para futuramente viver no mundo social adulto.

Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2009, p. 994),

A escola é uma organização em que tanto seus objetivos e resultados quanto seus processos e meios são relacionados com a formação humana, ganhando relevância, portanto, o fortalecimento das relações sociais, culturais e afetivas que nela têm lugar.

Conforme Silva (2009), a educação é um processo pelo qual uma sociedade molda os indivíduos que a constituem, assegurando sua repetição ou continuidade histórica, pois o processo de escolarização dura por toda a vida; mostrando-nos que a sociedade pode moldar seus indivíduos de acordo com o seu interesse particular, visando repassar a seus membros, suas significações, valores, saberes e interpretações do mundo. Utilizando o meio que mais o favorece: a escola.

Essa percepção também é vista pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2001), pois a educação:

é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção.

A educação, sendo um direito garantido a todos, também possui suas leis e diretrizes. O direito a educação, priorizando o seu acesso e a permanência do aluno na escola, tem sido garantido nos aportes legais, na Constituição Federal de 1988, na Lei Federal 8069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, objetivando a formação do usuário para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho, e sua participação social.

A educação é um direito que está garantido na Constituição Federal Brasileira, desde 1988, no artigo 205, que diz: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]”, sendo assim, todos sem exceção devem ter acesso à educação.

Bem como consta no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (2009):

Art.53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania, e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. direito de ser respeitado por seus educadores;
- III. direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV. direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V. acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Diante disso, o Estado acaba criando um mecanismo para garantir os direitos aos cidadãos, que são as Políticas Públicas, que correspondem a direitos assegurados constitucionalmente. Sendo assim, para assegurá-la e promovê-la, é instituída a política pública de educação.

Segundo SEBRAE/MG (2008):

as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender ou garantir seus interesses.

Para Freitas (2011) cabe à escola formar cidadãos críticos, reflexivos, conscientes de seus direitos e deveres, tornando-se aptos a contribuir para a construção e/ou desconstrução de uma sociedade visando à igualdade e justiça. Entretanto, sua função não está apenas em proporcionar a simples transmissão do conhecimento, tem o compromisso social para, além disso. Preocupa-se também em prover a capacidade do aluno de buscar informações segundo as exigências de seu campo profissional ou conforme as necessidades de seu desenvolvimento individual e social.

A autora ainda afirma que a escola precisa:

a cada momento fazer o aluno pensar, refletir, analisar, sintetizar, criticar, criar, classificar, tirar conclusões, estabelecer relações, argumentar, avaliar, justificar, etc. Para isto é preciso que os professores trabalhem com metodologias participativas, desafiadoras, problematizando os conteúdos e estimulando o aluno a pensar, a formular hipóteses, a descobrir, a falar, a questionar, a colocar suas opiniões, suas divergências e dúvidas, a trocar informações com o grupo de colegas, defendendo e argumentando seu ponto de vista. (FREITAS, 2011, s/p)

Viera *et al* (2010) entende que a escola é um local onde se visa à inserção do ser ao social, ou seja, inserir o cidadão/aluno na sociedade, por meio das relações interpessoais e coletivas. Afim de que este indivíduo esteja moderadamente preparado para enfrentar os conflitos presentes no cotidiano, dando-lhes uma estrutura básica de conhecimento e cultura, para poder buscar melhorias no âmbito social.

Na percepção do Deputado Federal Jean Wyllys (2013), a escola deve ser pautada pelo princípio da laicidade, pelo princípio da diferença, pelo respeito à diversidade³. Percebe-se então, que a escola deve exercer sua função de forma laica, ou seja, sem exercer qualquer poder religioso, ou ideais religiosos.

A escola não é um lugar perfeito, onde tudo funciona bem, existem problemas que precisam ser analisados e resolvidos por sua gestão, ou seja, precisam ser identificadas quais são as demandas sociais existentes neste espaço, no qual serão tratadas a seguir.

As demandas sociais da escola

Conforme Viera *et al* (2010) identifica que a escola é uma instituição que onde ocorre a inserção social e que o direito a educação é universal. Sendo assim, torna-se um lugar onde não deve possuir qualquer tipo de discriminação e/ou preconceito, o que faz com que este seja um espaço onde há uma diversificação cultural. Pois, ali estão presentes todos os tipos de classes sociais, raças, etnias, religiões, gênero, orientação sexual, entre outros.

Para Avila (1995), nem sempre aconteceu desta forma. Uma vez que, no período colonial do Brasil, a educação somente era oferecida para uma minoria, que eram os donos da terra. E ainda assim, dentre eles, haviam exclusões, pois mulheres e filhos de primogênitos também não tinham direito ao ensino, naquela época. E permaneceu assim, enquanto durou a economia exportadora agrícola. Percebe-se então, que neste período, “a necessidade de manter os desníveis sociais possuía, na educação escolar, um instrumento de reforço das desigualdades, [...] a escola possuía como função ajudar a manter os privilégios.”.

Com a vigência da Constituição Federal de 1988, a criação LDB, e outras reformas que houve na histórica da educação do país, a educação tornou-se um direito a todos, sem restrição. E não mais um espaço apenas para os privilegiados.

Esse tipo de acesso, afirma Gomes (1999) oferece uma oportunidade de pessoas com diferenças culturais possam conviver de forma democrática, contribuindo para a construção de valores. Isso faz com que seja necessário conviver com diferentes realidades, onde se apresentará várias demandas sociais a serem analisadas e confrontadas. São as chamadas expressões da questão social, que também estão inseridas no âmbito escolar.

Iamamoto (2011, p. 160) traz um dos conceitos do que seria a questão social, no qual ela:

³ Fala do Deputado Federal Jean Wyllys na audiência pública promovida pela Comissão de Educação do dia 13/06/13. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=yQsi8tJbWQE&feature=youtu.be> >. Acesso em 22 de março de 2014.

Expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

De acordo com Gomes (1999), por ser um lugar onde se tem uma grande diversidade de pessoas, com histórias e realidades diferentes, é fácil de imaginar que, existem ou existirão problemas de relacionamento entre os alunos, professores e os demais agentes atuantes da escola. Problemas estes, que não podem ser deixado de lado pela gestão da escola, e nem serem tratados com insignificância, pois muitos deles poderão tomar uma dimensão enorme, e causar sérios danos futuros na vida dos envolvidos.

Muitas são as demandas sociais que podem ser encontradas no ambiente escolar, entre elas estão: o preconceito, a discriminação, desobediência, intolerância, evasão escolar, violência escolar, *bullying*, ente outros.

Entretanto, Silva e Ristum (2010) e Oliveira e Barbosa (2012) trazem como um dos fenômenos mais decorrentes dos dias atuais da escola, a violência escolar e o *bullying*, respectivamente. Os primeiros autores retratam a violência como um problema eterno que existe em todas as sociedades, e por consequência, esta também é vista no espaço escola, ou seja, a violência escolar.

Silva e Ristum (2010) *apud* Charlot (2002) definem que o conceito de violência escolar pode ser classificado em três níveis, o da violência propriamente dita, o das incivildades e o da violência simbólica ou institucional.

Sob o primeiro rótulo, estariam os atos de violência facilmente identificados pelo senso comum como golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismo, etc. Sob o segundo, estariam as humilhações, as palavras grosseiras, a falta de respeito, etc. Já no terceiro estariam as práticas que nem sempre são avaliadas pelos atores como manifestações de violência, possivelmente por estarem arraigadas no cotidiano das escolas, como, por exemplo, a violência que se estabelece nas relações de poder em sala de aula ou a minimização da importância do professor no contexto escolar. (SILVA; RISTUM, 2010 *apud* CHARLOT, 2002).

Os segundos autores mencionados, falam sobre a dimensão que o *bullying* tem na sociedade, mais propriamente dito, na escola, pois se trata de uma das manifestações de violência na escola. "*Bullying* é uma palavra de origem inglesa e não possui tradução exata para o português." Está definida como um conjunto de comportamentos agressivos, de forma intencional e repetitiva entre os envolvidos.

Oliveira e Barbosa (2012) *apud* (Smith, 2002) mostram que os atos de agressividade que envolve o *bullying* podem ser apresentados por:

agressões físicas (bater, empurrar, dar pontapés, etc.), comportamentos verbais (caçoar, chamar por nomes ofensivos, etc.), comportamentos de manipulação social ou indiretos (excluir, ignorar, espalhar rumores, etc.), comportamentos de maus-tratos psicológicos (ameaçar, fazer gestos ou expressões faciais provocadores e/ou ameaçadores, etc.).

Para Smith (2002), tais comportamentos são usualmente voltados para grupos com características físicas, socioeconômicas, etnia e orientação sexual específicas, ou seja, aqueles que são considerados “diferentes” por determinado grupo ou pessoa em particular. Entre eles estão: os obesos, os negros, os estrangeiros, homossexuais, filhos de homossexuais, os de baixa estatura, entre outros. As causas deste fenômeno são diversas e não estão apenas voltadas para a questão econômica, social ou cultural, existem fatores como o temperamento do indivíduo, a família, a comunidade, os colegas e até mesmo da própria escola que influenciam no comportamento violento das crianças e adolescentes.

Esta é uma demanda muito presente nas escolas, e que deve ser tratada com prioridade e respeito, pois afeta não somente o aluno se estende pra família e comunidade. São atitudes e ações de desrespeito e preconceito com o ser humano, porque estamos vivendo na época da diversidade cultural, então, tais pensamentos são desumanos e discriminatórios, visto que todos têm o direito de ir e vir, e de se expressar da forma que se sintam bem. E a escola é o ambiente ideal para tratar essas questões, pois são ali que os indivíduos crescem e passam maior parte do tempo, da vida.

Diante disso, o ambiente escolar deve estar preparado para lidar com essas situações, e lidar com sabedoria, pois o ensinamento não pode ser por meio da coerção, até porque a sociedade já o faz assim, deve ser tratado com bastante entendimento, com estratégias.

Gomes (1999) ainda afirma que por ser um local onde se tem uma grande concentração/diversidade de pessoas de todas as classes, raças, cor, cultura e crença; deve possuir uma estrutura organizada e eficaz para atender a todos. Quando se fala em estrutura, não quer dizer, somente o espaço físico, mas sim, a equipe de profissionais atuantes, pois estes são quem fazem a diferença na formação do cidadão. Visto que tais demandas não devem ser visualizadas como um problema interno, e sim, como um problema para além dos muros da escola.

Além dos muros da escola

Sabe-se que a escola tem um papel fundamental na formação de crianças e adolescentes para que sejam cidadãos de direitos e deveres, compromissados com o bem-estar social. Entretanto, para que isso aconteça, basta somente ter uma boa educação interna, no âmbito escolar? Seria o suficiente para ter uma sociedade melhor e mais justa? Ou seria necessário que esta aprendizagem fosse além dos muros da escola, alcançando principalmente a família dos alunos? Estas, entre outras perguntas se fazem necessárias para uma boa reflexão sobre o assunto, e obter um melhor resultado na educação.

O ensino aplicado aos alunos dentro da escola, não é o suficiente para mudar a convivência em sociedade, é preciso muito mais do que isso, pois atrás dos muros da escola, existe um mundo muito amplo com ideologias próprias, pronto para repassar seus valores, e preparado para adequar os indivíduos conforme o seu interesse. Por isso é preciso pensar em como alcançar esses alunos também fora da escola.

No parágrafo único do artigo 53 do ECA (2009), diz que “ é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas

educacionais.” No entanto, acabam não desfrutando deste direito que lhe é concedido, sendo uma grande falha no processo educacional da criança ou adolescente. O primeiro espaço que deve ser alcançado é o ambiente familiar, pois a família tem o papel mais importante na formação/educação da criança ou adolescente, porque sempre estiveram presentes em suas vidas, desde os primeiros anos de vida. Muitos pais e/ou responsáveis legais, acham que sua participação na escola é somente comparecer as reuniões para pegar o boletim escolar, não sabendo que é primordial seu interesse no desenvolvimento escolar e pessoal do filho.

Para Barroso (2005), outro espaço a ser alcançado, e não menos importante, é o Estado, pois também é dever dele garantir a educação. O Estado é responsável pelo fornecimento e financiamento dos serviços públicos, onde a educação é uma das vertentes. Mas não somente isso, também deve garantir os princípios fundadores da escola, entre eles: a universalidade do acesso, a igualdade de oportunidades e a continuidade dos percursos escolares. Visto que dentro das salas de aula, os alunos aprendem que o Estado deve garantir seus direitos e que também possuem deveres a serem cumpridos, porém ao sair da sala de aula, se deparam com uma realidade totalmente diferente, contradizendo com tudo aquilo que aprendera, o que podem causar consequências negativas, em vez de positivas. Sendo assim, o Estado deve contribuir também para que a sociedade em que os alunos serão incluídos seja um lugar que proporcione uma vida digna.

A LDB 9.394/96 também reafirma que a educação é dever da família e do Estado:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Conforme Marx e Engels (1998, p. 5), outro espaço a ser explorado, seria a sociedade. Pois, se trata do ambiente onde todos os cidadãos vivem divididos em classes sociais (burgueses e proletários). “Toda a sociedade está se dividindo, cada vez mais, em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado.” E é também onde ocorre boa parte da violação dos direitos. Há muita desigualdade e discriminação, que por diversas vezes não recebem a atenção devida, sendo ignoradas ou quando são “vistas” acabam sendo acobertadas, pois é mais fácil o fazer assim, do que tomar providências cabíveis. Será essa a sociedade idealizada para nossos filhos, alunos e futuros agentes do sistema? Por causa disso, é necessário também investir na educação da sociedade.

Conforme foi visto, a educação não é apenas responsabilidade da escola, engloba também o Estado, a família e a sociedade, pois juntos devem trabalhar em prol da formação do indivíduo. Diante disso, a escola precisa se preocupar também com o convívio do aluno fora das instalações escolares, procurando elaborar ações que envolvam um trabalho coletivo entre todos os responsáveis pela educação.

Os atores da educação

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2009, p. 339), a escola não é apenas um espaço físico, com boa estrutura e organização, possui também os agentes que atuam para o melhor

desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola. Sendo assim, cada profissional ali presente, possui uma função específica, no qual suas ações devem estar em pleno acordo, não somente com o projeto pedagógico, mas também juntamente com os demais agentes que compõem a equipe; “toda instituição escolar possui uma estrutura de organização interna, geralmente prevista no regimento escolar ou em legislação estadual ou municipal”.

Os atores da escola têm como foco analisar o papel ativo dos sujeitos na estruturação dos espaços, tempos e atividades escolares, visando uma boa relação com a instituição escolar com sociedade. Possuem a capacidade de produzir e transformar, e não somente de se adaptar e reproduzir. Este profissional deve estar capacitado não apenas para ministrar aulas, mas sim, contribuir na construção do ser social dos alunos.

Libâneo (2004) diz que, assim, como em toda instituição, na escola também existe a hierarquia entre as funções, no qual são estabelecidas dessa forma: gestor administrativo (diretor), o pedagógico (coordenador), o educacional (orientador), o da sala de aula (professor) e aqueles que desempenham outras funções que são definidas pela estrutura organizacional da escola, entre eles: faxineiro, cantineiro, jardineiro, entre outros.

Baruel e Machado (2007, p. 1) definem as funções de cada gestor, no qual, basicamente ocorrem em toda escola,

Diretor - assume uma série de funções, tanto de natureza administrativa quanto pedagógica. Entre as suas responsabilidades principais estão:

- Gerenciar os aspectos materiais e financeiros da escola;
- Harmonizar as relações entre os profissionais da educação que atuam na escola;
- Articular relação escola-comunidade;
- Estimular a inovação e melhoria do processo educacional.

Coordenador Pedagógico – Auxilia os professores na elaboração e diversificação de suas aulas. Busca alternativas junto aos professores para trabalhar os conteúdos propostos de forma mais efetiva, clara e que possa atingir os alunos, melhorando e facilitando o processo de ensino-aprendizagem.

Orientador Educacional – Estende seu trabalho a todos os alunos, orientando-os em seus estudos, com o objetivo de que os mesmos sejam mais proveitosos. São funções do orientador educacional:

- Auxiliar o educando quanto a seu autoconhecimento, a sua vida intelectual e a sua vida emocional;
- Procurar trazer a família para cooperar de maneira mais eficiente e positiva a vida do educando;
- Realizar trabalho de aproximação da escola com a comunidade;
- Participar do processo de avaliação escolar e recuperação dos alunos.

Professor – deve ser entendido com um agente de educação integral, cujas habilidades, conhecimentos e atitudes em relação ao aluno, são o centro de eficácia do processo educativo.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2009, p. 271) afirma que não é qualquer pessoa que pode ser considerado apto para ser um profissional da educação. É necessário que, tais profissionais, sejam formados em cursos reconhecidos, e que estejam dentro das atribuições estabelecidas por lei. Porém, antes da reforma da educação por meio da nova LDB, “havia duas maneiras de ser formar professores: o magistério em nível de segundo grau e a atual licenciatura no curso superior⁴”. Entretanto, após a nova reforma, essas modalidades foram ampliadas. Há agora professores formados em nível médio para atuar na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental.

São considerados profissionais da educação, segundo a LDB 9.394/96:

Art. 61 Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I. Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II. Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III. Trabalhadores em educação portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Art. 62 A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.

Segundo Ministério da Educação – MEC (2004), na escola existem vários atores atuando para oferecer uma boa aprendizagem, que não corresponde apenas à parte administrativa da escola (direção, coordenação) ou a parte docente (professores). Todas as pessoas que trabalham na escola desempenham ações educativas, claro que não com o mesmo nível de responsabilidade dos demais. Exemplo disso se dá na questão do atendimento aos pais e/ou responsáveis na secretaria, este pode ser grosseiro, desrespeitoso, arrogante; a oferta da merenda escolar envolve questões de atitudes e maneiras de agir dos funcionários responsáveis, que de certa irão influenciar na educação dos alunos, ou de forma positiva ou negativa. Isso mostra que tais ações podem demonstrar quais são os tipos de profissionais que estão à frente da educação das crianças, e que tipo de aprendizagem poderá repassar.

Além dos funcionários da escola, existem outros atores que são de muita importância na educação escolar da criança e adolescente, que são os pais. Pois se entende que estes também são responsáveis pelo desenvolvimento escolar dos filhos.

⁴ O antigo segundo grau, hoje, é chamado de ensino médio. Não existe mais o magistério.

Chechia e Andrade (2002, p. 1) mostram que é de extrema relevância a participação dos pais na vida escolar dos filhos, pois tem apresentado mudanças no desempenho dos alunos na escola:

A importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos tem apresentado um papel importante no desempenho escolar. O diálogo entre a família e a escola, tende a colaborar para um equilíbrio no desempenho escolar, o que é possível considerar que a criança e os pais trazem consigo uma ligação íntima com o desempenho.

Diante disso, os autores consideram que os aspectos psicológicos da família influenciam na educação escolar dos filhos, ou seja, os filhos acabam vivendo os reflexos do contexto familiar, tanto positivos quanto negativos, internalizando-os da maneira que o recebeu, e transmitindo-os no contexto escolar. Por exemplo, aquele aluno que vive constantemente com a violência, seja verbal ou física, dentro do seu lar, tende a desenvolver também essas características na escola.

Cavalcante (1998) coloca que quando se há uma parceria entre pais e escola, o sucesso no processo do educar é maior, pois essa parceria proporciona uma completa formação ao educando, fazendo com que haja melhores resultados em seu comportamento individual e coletivo, desenvolvimento social, convivência familiar, entre outros aspectos do cotidiano do aluno.

Cabe à escola se organizar e desenvolver uma boa política de aprendizagem, ou seja, possuir um projeto político-pedagógico bem estruturado, capaz de oferecer uma melhoria na formação dos profissionais que trabalham neste espaço, bem como fornecer condições favoráveis para o desencadeamento do trabalho.

A importância da equipe multidisciplinar na escola

A organização e a gestão escolar constituem o conjunto das normas, condições e dos meios utilizados para assegurar o bom funcionamento da instituição escolar, de modo que alcance os objetivos educacionais esperados. Certificando a racionalização do uso de recursos humanos, materiais, financeiros e intelectuais assim como a coordenação e o acompanhamento do trabalho das pessoas.

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p. 293),

Por racionalização do uso de recursos compreende-se a escolha racional de meios compatíveis com os fins visados e a adequada utilização desses recursos, que assegure a melhor realização possível desses fins. Por coordenação e acompanhamento compreendem-se as ações e os procedimentos destinados a reunir, a articular e a integrar as atividades das pessoas que atuam na escola, para alcançar objetivos comuns.

Diante disso, os autores mostram que dentro da gestão escolar estão às ações e os procedimentos que visam articular e direcionar as atividades de cada uma das pessoas que trabalham na escola. Trata-se de uma gestão participativa onde a aprendizagem, não seja

somente compartilhada dentro da sala de aula, e sim, compartilhada também aos demais docentes. Com isso, o conhecimento, metodologia, dificuldades e discussões que fora compartilhado, servem para criar uma melhor relação entre os profissionais, e por consequência, melhor desenvolvimento da didática.

Para Libâneo (2004), a escola possui uma estrutura de organização interna, que dá a ideia de que existe um ordenamento e disposição de setores e funções que asseguram o funcionamento de um todo. Normalmente, tal estrutura (organização interna) possui um organograma que mostra as inter-relações dos setores. Os elementos que compõem a estrutura organizacional básica da escola, com os setores, são: conselho da escola, direção, setor técnico-administrativo (secretaria escolar, limpeza, multimeios), setor pedagógico (conselho de classe, coordenação pedagógica, orientação educacional), instituições auxiliares, e, corpo docente (professores) e alunos.

Bento (2007) nota que dentro do setor pedagógico não consta, em suas ramificações, a equipe multidisciplinar, no qual seria um setor de grande ajuda para o tratamento das demandas escolares. Pois essa ajuda não seria somente na questão do ensino dentro da sala de aula, pois esse já é alcançado pelo professor. Mas sim, questões do cotidiano, tanto psicológicas quanto sociais, que muitas vezes o professor não está capacitado para isso, assim como os profissionais da área.

A equipe multidisciplinar pode ser definida como:

um grupo de indivíduos com contributos distintos, com uma metodologia compartilhada frente a um objetivo comum, cada membro da equipe assume claramente as suas próprias funções, assim como os interesses comuns do coletivo, e todos os membros compartilham as suas responsabilidades e resultados. (ZURRO; FERREROX; BAS, 1991, p. 29).

Para Bento (2007) a composição de uma equipe multidisciplinar é feita por profissionais de diversas áreas, ou seja, com formações acadêmicas diferentes e que trabalham em prol de um único objetivo. O trabalho multiprofissional implica em responsabilidade, respeito aos demais profissionais, pois cada um realiza o seu trabalho pensando também no grupo, de forma que a equipe cresça, principalmente, na qualidade dos serviços prestados.

Conforme Wyllys (2013) a escola deve ser vista com um espaço não só de construção do saber, mas de construção da cidadania. E esta implica na construção do sujeito integralmente, ou seja, inclusive na sua saúde psíquica. É neste aspecto que entra a relevância do trabalho do psicólogo e do/a assistente social nas escolas.

Afirma ainda que:

É importante ter psicólogo na sala de aula, mas é importante que esse psicólogo respeite, por exemplo, as diferentes expressões da sexualidade humana. Um psicólogo que vai servir, por exemplo, para engessar as sexualidades a partir das sexualidades ditas e consideradas “normal”, não me interessa. Um assistente social que não leve em conta que há pessoas adeptas de outras religiões que não o cristianismo, não me interessa. (WYLLYS, 2013)

Ressalta ainda o Deputado Federal que tais profissionais devem ter a perspectiva de que o Brasil é um país plurirreligioso, multiétnico, multicultural, e que essas questões tem que ser respeitadas. Visto que eles possuem um papel importante, que é o de orientar, no qual acabam influenciando, direta ou indiretamente, na percepção de “mundo” dos alunos.

Conforme Libâneo (2004) nem toda escola possui em sua estrutura organizacional, a formação de uma equipe multidisciplinar. O que é um erro cometido por ela, pois a atuação desta equipe é de grande importância no ambiente escolar, não somente em relação aos alunos, que são prioridade, mas alcança também a família e a sociedade. Fica então, a critério da gestão escolar repensar sua metodologia, e buscar a diferença na aplicação da aprendizagem na escola.

O papel do/a assistente social na educação

Compreende-se que na escola existem várias demandas a serem analisadas, não apenas demandas institucionais (internas), mas também demandas sociais que acontecem fora do ambiente escolar, que na maioria das vezes são trazidas, direta ou indiretamente, para dentro da escola. Por essa e outras razões, que se torna imprescindível à atuação do assistente social na educação.

Conforme CFESS (2001), isso se dá pelo fato de que a escola é um dos principais equipamentos sociais, tanto na formação acadêmica quanto na formação do ser social. Sendo assim, como a escola não poderia ser um local para atuação do serviço social, pois além de ser um direito social, é um espaço onde se encontra uma grande diversidade social. Sem falar, que tem a possibilidade de contribuir com a realização do diagnóstico social, buscando alternativas referentes ao problema social constante na vida dos alunos.

De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão – 8.662/93 são competências do/a assistente social:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

- I. elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II. elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III. encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV. (vetado)
- V. orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI. planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII. planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

- VIII. prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas ao inciso II deste artigo;
- IX. prestar assessoria e apoio a movimentos sociais em matéria relacionadas às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X. planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI. realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Diante do exposto, percebe-se que o assistente social possui em sua formação, uma bagagem teórica, que permite o acompanhamento do rendimento escolar dos alunos, bem como analisar o contexto social e familiar que estão inseridos.

Segundo Novais (2001), o profissional do Serviço Social, no contexto das escolas públicas deverá desenvolver algumas atividades, entre elas estão: a) pesquisa de natureza socioeconômica e familiar, para a caracterização da população escolar; b) elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar, c) participação em equipe multidisciplinar, para elaboração de programas; d) articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais; e) empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social.

O trabalho desenvolvido pelo assistente social no âmbito educacional, não se limita apenas ao segmento estudantil ou nas abordagens individuais. Está muito, além disso, pois envolve também:

ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional. (CFESS, 2011, p. 38)

Ressalta ainda que se exige “do/a profissional de serviço social uma competência teórica e política que se traduza em estratégias e procedimentos de ação em diferentes níveis (individual e coletivo), capaz de desvelar as contradições que determinam a Política de Educação.” (idem, p. 41).

Schneider e Hernandorena (2012) ainda afirmam que este profissional ocupa na sociedade uma posição tão dinâmica quanto às relações sociais, ou seja, acaba acompanhando as mudanças que ocorrem no contexto social.

Sendo assim, a educação se torna apenas mais um dos campos para a discussão da atuação do profissional do serviço social, visto que:

O Serviço Social adquire um novo estatuto a partir da posição do novo paradigma. É justamente através dessa apropriação que as ações profissionais encontram um novo espaço para a discussão. Deve-se observar, no entanto, que construir essa posição do Serviço Social impõe colocá-lo no âmbito da discussão interdisciplinar... (NOGUEIRA; MIOTO, p. 1-2).

Conforme Piana (2009) esse profissional possui um conhecimento amplo sobre a realidade complexa, que o faz capaz de criar meios para transformá-la de acordo com a direção do seu projeto político-profissional. E um dos meios utilizados são as mediações.

Mediações são categorias instrumentais pelas quais se processa a operacionalização da ação profissional. Expressam-se pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias e pelas quais a ação profissional ganha operacionalidade e concretude. São instâncias de passagem da teoria para a prática, são vias de penetração nas tramas constitutivas do real. (PIANA, 2009 *apud* MARTINELLI, 1993, p. 136).

A autora completa que “é através da mediação que o profissional tem condições de traçar um direcionamento à sua prática de forma crítica e não alienada, a partir do seu projeto ético-político, o que possibilita uma ação transformadora”. Percebe-se que o assistente social é um profissional capacitado para atuar frente às demandas da escola, pois possui qualificação para mediar os conflitos e buscar alternativas cabíveis, visando à garantia de direitos e um posicionamento ético.

Barroco e Terra (2012, p. 83) apresentam que de acordo com o código de ética da profissão:

O assistente social tem o direito de manter contato direto com a população usuária, junto aos seus locais de moradia e de organização, o que permite estabelecer vínculos com os seus movimentos e apreender as suas demandas.

Com isso, é possível perceber que o assistente social não se restringe apenas no atendimento interno, está, além disso, pois pode acompanhar o usuário também em seu contexto social e familiar. Sendo assim, pode-se considerar um profissional ideal para atuação na escola, visto que não se atentará somente aos problemas presentes ali, buscará também a raiz desse problema fora do contexto escolar.

Conclusão

Assim, este permitiu analisar que a inserção de uma equipe multidisciplinar nas escolas é de grande relevância no contexto educacional, pois os profissionais que compõem o quadro da escola não estão preparados para enfrentarem demandas relacionadas às expressões sociais e culturais vivenciadas na vida dos alunos e de seus familiares, ao contrário do assistente social, psicólogos e outros profissionais que tem uma bagagem teórico-metodológica capaz de subsidiar esses problemas e buscar uma solução imediata.

Dessa forma mesmo não tendo a presença da equipe multidisciplinar nas escolas, é reconhecida pela gestão escolar, a importância do seu trabalho e que inseri-la no quadro de

profissionais da escola, traria muitos benefícios não só para os alunos e família, mas também para todo o corpo docente porque a troca de conhecimento também acontece entre os gestores.

A escola é um espaço onde também ocorre a inserção social, pois se trata de um local onde se tem indivíduos de todos os tipos de raça, cultura, crença, etc; e possui um papel fundamental no desenvolvimento do ser humano. Mas também, o que foi percebido é que a escola também pode e influencia na questão do ser social dos alunos. Ou seja, trata-se de uma via de mão dupla, onde não se atenta apenas para o conhecimento em si, mas também está presente quanto se trata do social.

Entende-se, que diante disso, se qual faz necessária a aprovação do Projeto de Lei 3.688/2000, no qual rege a inserção do assistente social e do psicólogo nas escolas públicas, pois o cenário escolar precisa de um profissional que seja qualificado para combater as demandas escolares e os problemas sociais além da escola, ou seja, aqueles que começam em casa, e acaba permeando na comunidade e na escola.

Uma vez que a equipe multidisciplinar terá, dentre suas funções, a atribuição de analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação os alunos, nas escolas frequentadas por estes, objetivando atuar nessas questões preventivamente, de forma a saná-las ou atenuá-las.

Com isso, faz-se necessário uma luta contínua por conquista de uma equipe multidisciplinar no espaço da educação, mas precisamente, na escola, com o intuito de mostrar a sociedade que a sua atuação é necessária para proporcionar uma educação de boa qualidade, e formar cidadãos autônomos e reconhecedores dos seus direitos. Visando não apenas os aspectos econômicos do país, e sim, na mudança e transformação do ser humano capitalista, tornando-o um ser social, crítico, e reflexivo.

Referências

AVILA, Sueli de F. O de. **Quando a educação foi prioridade nacional**. Disponível em: <<http://www.senac.br/bts/211/2101046055.pdf>>. Acesso em 08 de março de 2014.

BARROSO, João. **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 mar. 2014.

BARUEL, Elisete O. Santos; MACHADO, Sheila Cristina de A. e Silva. **Afinal, quem são os gestores no Espaço Escolar?** Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=839>>. Acesso em 11 de março de 2014.

BENTO, Ana Maria de O. **Percepção da equipe multidisciplinar frente à função do pedagogo numa escola de educação especial**. [2007]. Disponível em: <

<http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Ana%20Maria%20-%20Final.pdf>. Acesso em 24 de março de 2014.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação:** em cena, os funcionários de escola. Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRASIL. **O assistente social na educação.** [2011]. Disponível em: <http://spo.ifsp.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=399:o-assistente-social-na-educacao&catid=101:orientacao-coe&Itemid=264>. Acesso em 15 de maio de 2014.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus, 1991.

CAVALCANTE, Rodolfo C. Colaboração entre pais e escola: educação abrangente. **Psicologia escolar e Educacional**, v. 2, n. 2, p. 153-159, 1998.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** 3 série. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2013.

CHECHIA, V. A; ANDRADE, A. dos Santos. **Representação dos pais sobre a escola e o desempenho escolar dos filhos.** [2002]. Disponível em: <http://stoa.usp.br/antandras/files/318/1470/represent_pais.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2014.

FREITAS, Ione Campos. **Função social da escola e formação do cidadão.** Disponível em: <<http://democracianaescola.blogspot.com.br/2011/10/cabe-escola-formar-cidadaos-criticos.html>>. Acesso em 08 de março de 2014.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e diversidade cultural: refletindo sobre as diferenças presentes na escola.** 1999. Artigo publicado no site: www.mulheresnegras.org/nilma . Acesso em: 22/03/2014.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola:** teoria e prática. 5.ed. São Paulo: Alternativa, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MOREIRA, Antônio F. B; CANDAU, V. M^a. **Educação escolar e cultura (s):** construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação, n.23, 2003.

NOGUEIRA, Vera M^a. R; MIOTO, Regina C. T. **Sistematização, planejamento e avaliação dos assistentes sociais no campo da saúde**, in: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. Disponível em: < http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-6.pdf >. Acesso em 24 de março de 2014.

NOVAIS, L.C.C et al. **Serviço Social na Educação: Uma Inserção Possível e Necessária**. Brasília, set. 2001. P. 6-32.

OLIVEIRA, J. C; BARBOSA, Altemir J. G. **Bullying entre estudantes com e sem características de dotação e talento**. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 25, n. 4, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000400014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 de março de 2014.

PIANA, Maria C. **Serviço Social e educação: olhares que se entrecruzam**. Serviço Social & Realidade. Franca, v.18, n. 2, p.182-206, 2009.

SCHNEIDER, G. M; HERNANDORENA, M^a. do Carmo A. **Serviço social na educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, 2012.

SEBRAE/MG. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. 7. volume. Belo Horizonte: 2008.

SILVA, Joelma O. da; RISTUM, Marilena. **A violência escolar no contexto de privação de liberdade**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 30, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 de março de 2014.

SMITH, P. K. **Intimidação por colegas e maneiras de evitá-la**. In E. Debarbieux & C. Blaya (Eds.), *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília, DF: Unesco.

TOSTA, M. C. **Síndrome de alienação parental: a criança, a família e a lei**. [2013]. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2013_1/marina_tosta.pdf>. Acesso em 20 de março de 2014.

VIERA, A. et al. **A educação como meio de inclusão social**. Rev. Triang.: Ens. Pesq. Ext. Uberaba – MG, v.3. n.2, p. 148-162, jul./dez. 2010.

WYLLYS, Jean. **Jean Wyllys defende assistentes sociais e psicólogos com educação cidadã nas escolas públicas**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yQsi8tJbWQE&feature=youtu.be>>. Acesso em 22 de março de 2014.

ZURRO, A. M; FERREROX, P.; BAS, C. S. **A equipe de cuidados de saúde primários: manual de cuidados primários**. Lisboa: Farmapress, 1991.